

# Heleno autorizou condenada por tráfico de drogas a explorar garimpo

General afirma que aval passa por 'longo processo'; garimpeira afirma já ter cumprido sua pena

Vinicius Sassine

**MANAUS** No apagar das luzes do governo Jair Bolsonaro (PL), o general Augusto Heleno autorizou a exploração de ouro numa área de 9,800 hectares vizinha à Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Abençoador do ato é uma mulher que já cumpriu pena de prisão por tráfico de drogas e que foi denunciada pelo MP (Ministério Público) por suspeita de receptação de pneus roubados.

Heleno concedeu o chamado assentimento prévio, uma autorização necessária para empreendimentos como mineração na faixa de fronteira, que se estende por uma largura de 150 km.

O general da reserva foi ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) do começo ao fim do mandato de Bolsonaro. No cargo, era também secretário-executivo do Conselho de Defesa Nacional, a quem cabe dizer sim ou não a projetos de exploração de minérios na área de fronteira.

O aval à pesquisa de ouro, numa área vizinha à terra yanomami, foi dado em 17 de dezembro de 2022 e publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte.

Mais de 20 mil garimpeiros invadiram a terra indígena e exploram ouro ilegalmente, por meio de equipamentos e logística assegurados por grupos criminosos que atuam na região.

Ativação teve uma explosão no governo Bolsonaro, que promoveu atos para estimular a mineração nesses territórios, vetada pela Constituição nos moldes como é praticada e como foi estimulada.



O general Augusto Heleno durante evento em Brasília. Gabriela Biló - 27 Jun. 22 / Folhapress

O governo Lula (PT) fez a promessa de retirar garimpeiros invasores de terras indígenas.

A Folha questionou Heleno sobre a autorização dada 17 dias antes de deixar o cargo de ministro do GSI. Ele disse que "esses assentimentos prévios de garimpo têm um longo processo para que sejam regulados" e que a resposta a ser dada pelo ministério, na atual gestão, seria suficiente. "Não desejo me pronunciar", afirmou por mensagem.

O GSI disse que analisa o email encaminhado pela reportagem no começo da tarde de sexta-feira (13). Heleno concedeu a autorização para exploração de ouro numa área 60 vezes maior do que o Parque Ibirapuera, em

São Paulo, a Creusa Buss Melotto. Segundo os documentos que embasaram o assentimento prévio, a área fica em Iracema (RR), a 7,800 quilômetros da Terra Indígena Yanomami. Pelos mapas disponíveis no processo, o território avança por assentimentos de reforma agrária.

A autorização do Conselho de Defesa Nacional levou em conta pareceres favoráveis da ANM (Agência Nacional de Mineração), que manteve a área original solicitada, de 9,800 hectares.

"O processo está corretamente instruído e seguiu a tramitação normal", disse a ANM, em nota. "A ANM solicita apenas os documentos previstos na legislação minerária.

Pesquisas de vida pregressa, judiciais ou afins não são de competência da ANM, cabendo aos órgãos específicos judiciais e de polícia."

Melotto já ficou presa por tráfico de drogas no fim da década de 90 e cumpriu pena de prisão por seis anos, como afirmou à Folha. "Já cumpri minha pena. Se eu tivesse processo, acha que eu estaria numa cooperativa?", disse.

Ela se refere a duas cooperativas de garimpeiros, uma em Pontes e Lacerda (MT), na qual ocorre exploração de ouro, e outra em Iracema (RR), onde a garimpeira pretende atuar — ela já tem o aval do Conselho de Defesa Nacional.

Registros da Receita Federal mostram que Melotto é presidente da Cooperacajá (Cooperativa de Exploração Mineral de Mucajá). Mucajá é o nome de um dos rios que correm a terra yanomami. A cooperativa, segundo dados da Receita, tem capital social de R\$ 1,45 milhão e quer explorar manganês, nióbio, titânio e metais preciosos.

A garimpeira foi denunciada pelo Ministério Público em Mato Grosso, em novembro de 2017, por suspeita de receptação de produtos roubados de uma loja de pneus de Pontes e Lacerda. Entre os produtos roubados estavam dez pneus.

Melotto foi presa em flagrante por receptação, mas pagou fiança e deixou a prisão. Ela disse nos autos não ter responsabilidade pelos produtos roubados, pois o crime teria sido cometido por garimpeiros que estavam hospedados em um apartamento seu. Os garimpeiros prestaram depoimento com teor semelhante.

A denúncia foi recebida pela Justiça. A defesa da acusada disse que o processo não deveria prosseguir, mas o Ministério Público insistiu na acusação em abril de 2019. Em março de 2022, a comarca de Pontes e Lacerda "vislumbrou hipótese de prescrição virtual" do suposto crime.

A garimpeira, cujo endereço informado é em Vilhena (RO), não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre o processo por receptação.

Ela afirmou que o pedido para exploração de ouro não se refere ao território indígena. Melotto disse que esta é a mesma situação de um segundo pedido em tramitação na ANM — documentos deste processo mostram incidência da área na terra yanomami. "A cooperativa em Roraima tem 52 pessoas. Tenho o sonho de os indígenas fazerem cooperativas e explorarem as próprias áreas", disse a garimpeira.

As primeiras pesquisas de ouro ainda dependem de assembleia com os cooperados, disse. "Devem demorar dois anos", é lento o processo. Nosso trabalho é diferente [de garimpeiros invasores da terra indígena]. A gente só vai operar depois de obter todas as autorizações."

Os documentos que embasaram o assentimento prévio apontam que a área autorizada está "entrecortada por rede hidrográfica, o que demanda a estrita observância das regras hidroviárias, bem como o acompanhamento do órgão competente em razão da natureza da atividade". A gente só vai operar depois de obter todas as autorizações."

Em dezembro de 2021, a Folha revelou que Heleno autorizou o avanço de sete projetos de exploração de ouro em terras indígenas na região conhecida como Cabeça do Cachorro, o que é ilegal. Os assentimentos prévios foram dados a pessoas e empresa interessadas em garimpos numa das regiões mais preservadas da Amazônia, na fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela.

“ Já cumpri minha pena. Se eu tivesse processo, acha que eu estaria numa cooperativa? ”

Creusa Buss Melotto garimpeira



A ministra Marina Silva participa de painel no Fórum Aberto de Davos, na Suíça. Boris Baldinger/World Economic Forum

## Em Davos, Marina reafirma compromisso do governo federal com desmatamento zero

PLANETA EM TRANSE

Eliane Trindade e Luciana Coelho

**DAVOS (SUÍÇA)** A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (Rede), foi aplaudida no painel de abertura do Fórum Aberto de Davos nesta segunda-feira (16) ao declarar que o terceiro governo Lula está comprometido com "desmatamento zero, proteção dos povos indígenas, democracia e sustentabilidade". "Há uma grande expectativa em relação ao Brasil, que sem-

pre contribuiu com agendas importantes de sustentabilidade. Infelizmente, nos quatro últimos anos, viramos párias", disse a brasileira no painel intitulado "Em Harmonia com a Natureza", que dividiu com personalidades como Hindou Oumarou Ibrahim, presidente da Associação de Mulheres e Povos Indígenas do Chade.

A ministra garantiu que "sustentabilidade não será uma política setorial, mas transversal, passando pelas políticas de energia, indústria, mobilidade, por todos os setores". "É o que fará a diferen-

ça: atuarmos em todas as dimensões. Mas isso não é mágica, nem acontece da noite para o dia", completou.

Antes de subir ao palco, Marina teve um encontro bilateral com Ilan Goldfajn, presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Ela deixou a reunião animada com as possibilidades de investimentos.

"Há uma abertura muito grande para a cooperação com o Brasil neste momento em que há uma retomada do protagonismo brasileiro na agenda ambiental global",

“ [A] sustentabilidade não será uma política setorial, mas transversal, passando pelas políticas de energia, indústria, mobilidade, por todos os setores ”

Marina Silva ministra do Meio Ambiente

afirmou. "Obviamente, os países estão surgindo. Seja em relação às agências multilaterais de financiamento, seja governos, seja filantropia ou por meio de parcerias no campo da inovação tecnológica."

Além disso, a ministra disse que é preciso agilidade para aproveitar estas oportunidades que estão surgindo desde a COP27, no Egito, e agora em Davos.

A ampliação do Fundo Amazônia é um exemplo. "Estamos atuando em várias frentes. Com governos, ampliando além de Alemanha e Noruega. Temos tido muitas conversas, como tive na COP, que abriu leque em relação à Espanha, ao Canadá, ao Japão e a vários outros países."

Marina citou também o caminho da filantropia global para atrair mais investimentos para a Amazônia. "Inclusive, já está sendo organizado um grupo de instituições filantrópicas que quer investir no Fundo Amazônia", afirmou.

Para atrair investimento, o discurso é único. "A mensagem que eu trago é do presidente Lula no discurso de campanha, no discurso da vitória, no discurso no Egito na COP27, no Congresso e subindo a rampa com a sociedade brasileira: é o combate à desigualdade, fortalecimento da democracia, criação de um novo ciclo de prosperidade com sustentabilidade econômica, social, ambiental e política", diz.

Sobre a receptividade ao Brasil nesta edição do Fórum Econômico Mundial, Marina parafraseou o presidente Lula, ao afirmar que "o Brasil está de volta".

"O mundo estava com saudade desse Brasil que foi capaz de reduzir suas emissões de CO<sub>2</sub>, evitando que fossem lançados na atmosfera mais de 5 bilhões de toneladas, do

Brasil que foi responsável por 80% das áreas protegidas criadas no mundo de 2003 a 2008."

A questão climática, segundo ela, está no mais alto nível das prioridades do governo. "Como a questão do combate ao desmatamento, que é nosso maior vetor de emissão de carbono, assim como o enfrentamento do garimpo criminoso nas terras das populações indígenas brasileiras."

No painel em que os debatedores foram convidados a falar sobre ações para promover um estilo de vida positivo para restaurar a saúde do planeta e proteger o bem-estar das futuras gerações, a plateia fez perguntas sobre o compromisso de Marina como membro do governo.

"Sustentabilidade não é só ambiental, mas também social", respondeu Marina, lembrando que o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome. "Já temos técnica para mudar o mundo que vivemos, falta decisão política e ética."

Ao ser inquirida como pretende fazer pontes com a ciência e a tecnologia, a ministra fez referência ao governo negacionista de Jair Bolsonaro com relação à pandemia e ao desmatamento. "Tivemos mais de 700 mil mortes por Covid-19, além de destruição na Amazônia", destacou.

E fechou a fala fazendo uma exaltação ao conhecimento dos povos indígenas. "Não existe uma ciência única. Precisamos de um diálogo de saberes."

Em sua fala de abertura, a brasileira destacou sua origem, como filha de extrativistas de látex. "A floresta sempre foi lugar de aprendizado, inspiração e conexão", afirmou, lembrando que "tudo que existe na natureza tem por finalidade promover e sustentar nossa frágil vida".

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations